ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2025 EM COMEMORAÇÃO AOS 116 ANOS DE FUNDAÇÃO DA UMBANDA NO BRASIL.

Aos 05 dias do mês de dezembro de 2024, no plenário da Câmara Municipal de Canguçu, realizou-se audiência pública para tratar sobre os 116 anos de fundação da Umbanda no Brasil, além de temas correlatos, envolvendo políticas públicas e enfrentamento do racismo religioso. A sessão foi presidida pelo vereador Luciano Bertinetti, quem requeriu a audiência, e contou com a participação dos vereadores, Emerson Machado, Arion Braga, Jardel Oliveira e Iasmin Rutz, de lideranças religiosas e cidadãos. A abertura foi conduzida pela liderança religiosa Natália, que destacou a importância de políticas públicas voltadas aos povos de terreiro, relatando a experiência positiva em Pelotas, onde a criação de um conselho municipal permitiu que a comunidade acessasse recursos federais destinados a povos tradicionais, além de fortalecer o diálogo entre as casas de religião e promover o combate ao preconceito. Na sequência, Augusto Pinz detalhou a trajetória de um projeto de sua autoria apresentado em 2021, que visava instituir o Conselho Municipal dos Povos de Terreiro em Canguçu. Durante os 10 dias em que assumiu como suplente, protocolou a proposta, que, segundo ele, foi recebida com resistência por parte de setores religiosos e da comunidade, alimentada por desinformação e preconceitos. Foram feitas acusações infundadas de que o conselho seria utilizado para fiscalizar casas religiosas ou que haveria uma tentativa de criar uma "igreja da Umbanda", o que gerou um ambiente hostil e dificultou a aprovação. Pinz esclareceu que a proposta tinha como único objetivo criar um espaço democrático para debater temas de interesse da comunidade religiosa afro-brasileira, como ocorre com outros conselhos já existentes no município, como o da Juventude e o da Mulher. Frisou que o conselho não geraria custos para a prefeitura ou câmara, mas mesmo assim foi considerado inconstitucional pelo jurídico da Câmara por não ter origem no Poder Executivo. Após esse parecer, foi encaminhado ao prefeito, que, embora tenha se mostrado cordial, não avançou com a proposta, transferindo a decisão para o jurídico do município. Até hoje, não houve retorno formal sobre a viabilidade da iniciativa. Ainda, ressaltou que o racismo religioso é uma barreira significativa para o avanço dessas pautas, citando episódios de preconceito vividos por ele e outras lideranças. Lembrou que o Rio Grande do Sul possui o maior número de casas de religião do Brasil, superando estados como Bahia e Rio de Janeiro, e que o culto de nação é profundamente enraizado na cultura gaúcha. Comentou casos emblemáticos de intolerância religiosa, como o desrespeito ao Bará do Mercado Público de Pelotas, ocorrido durante a campanha eleitoral de um candidato a prefeito. Outros tópicos discutidos incluíram a importância de conscientizar a população sobre a cultura dos povos de terreiro, o respeito às oferendas em espaços públicos e a necessidade de combater narrativas que desvirtuam as práticas religiosas. Foi mencionado o documentário *Cavalo de Santo*, disponível gratuitamente no YouTube, que traz informações valiosas sobre a realidade das casas de religião, desde as menores, lideradas por benzedeiras, até as maiores e mais estruturadas. Luciano abriu a palavra aos demais vereadores presentes. O vereador Arion fez uso da palavra e, em seu discurso, destacou a importância de respeitar as escolhas de cada um, sejam elas relacionadas a time de futebol, partido político ou religião. Ressaltou que o respeito não é apenas um direito, mas também um dever, e enfatizou a

Assinado por 1 pessoa: LUCIANO ZANETTI BERTINETTI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://camaracangucu.1doc.com.br/verificacao/A780-70A1-E56F-96C6 e informe o código A780-70A1-E56F-96C6

necessidade de valorizar a cultura, especialmente a Umbanda, que tem suas raízes na cultura africana. Arion falou sobre o orgulho que sente pela diversidade cultural do Brasil, que carrega o legado da África, e afirmou que a casa estará sempre à disposição para apoiar essa causa. Concluiu seu discurso com votos de que todos possam viver juntos com respeito e harmonia, em busca de uma sociedade melhor. O vereador Jardel também usou da palavra, destacando a importância da audiência pública e reconhecendo a diversidade religiosa do município. Ele mencionou que, no Brasil, a Umbanda é uma religião originada de influências africanas e destacou a responsabilidade que cada um de nós tem de buscar igualdade e respeito. Parabenizou a iniciativa da audiência e a presença dos participantes, especialmente as lideranças religiosas, que representam uma parte importante da cultura local. Concluiu com a mensagem de que todos devem conviver com respeito e trabalhar juntos para superar obstáculos. A vereadora Iasmin expressou sua alegria em participar do evento e ressaltou a importância de se discutir o preconceito religioso. Ela mencionou que a sua avó, uma benzedeira, sempre a acolheu quando precisava de apoio e que a convivência entre diferentes religiões deve ser baseada no respeito mútuo. Iasmin comentou que, ao longo de sua vida, frequentou tanto a casa de sua avó quanto a Igreja Luterana, e sempre foi tratada com respeito em ambas. Ela reforçou a importância do conhecimento como ferramenta para combater o preconceito e parabenizou Augusto, Natália e todos os envolvidos pelo trabalho realizado. A vereadora também expressou sua expectativa de que a próxima legislatura seja mais aberta e respeitosa com as religiões de matriz africana, evitando que episódios de intolerância se repitam. Com a palavra novamente, Natália expressou frustração com a falta de presença de representantes do Executivo Municipal e da presidência da Câmara durante a reunião, destacando a importância de se ouvir a comunidade. Ela criticou a ausência de apoio à criação de um Conselho Estadual dos Povos de Matriz Africana em Canguçu, ressaltando que, apesar de o projeto ser aprovado em outros municípios, foi rejeitado na cidade sem explicações claras. A oradora também mencionou casos de intolerância religiosa e racismo, citando episódios de discriminação e violência contra os povos de terreiro. Ele pede a criação do conselho, destaca a contribuição do povo de terreiro para a economia local e afirma que a falta de apoio do poder público tem prejudicado a comunidade. Solicitou ainda, um olhar mais inclusivo e respeitoso para a diversidade religiosa e cultural do município. Ao final, houve uma reflexão sobre a diferença entre religiosidade e espiritualidade. Foi ressaltado que a espiritualidade está vinculada à alma e ao bem, enquanto a religiosidade muitas vezes é associada ao poder e à luta por influência. Os participantes reforçaram a importância da união entre as casas de religião, independentemente de suas práticas específicas, para que possam se fortalecer e conquistar seus direitos. A audiência foi encerrada com a execução do Hino da Umbanda, que emocionou os presentes, reafirmando a fé e a busca por justiça, igualdade e fortalecimento das tradições afro-brasileiras.

LUCIANO ZANETTI BERTINETTI
Presidente da CDIV.

Assinado por 1 pessoa: LUCIANO ZANETTI BERTINETTI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://camaracangucu.1doc.com.br/verificacao/A780-70A1-E56F-96C6 e informe o código A780-70A1-E56F-96C6

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: A780-70A1-E56F-96C6

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

LUCIANO ZANETTI BERTINETTI (CPF 001.XXX.XXX-04) em 06/12/2024 10:11:59 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://camaracangucu.1doc.com.br/verificacao/A780-70A1-E56F-96C6